



Ex.mo Sr. Ministro da Justiça,

Dr. Alberto Costa,

Lisboa, 28 de Julho de 2006

Excelência,

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tendo conhecimento dos estudos que têm vindo a ser feitos com vista à reorganização do Mapa Judiciário, gostaria de reiterar junto de V^ªEx^ª a sugestão já anteriormente apresentada no sentido de as especiais necessidades das Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Familiar poder ser tido em consideração na organização do novo Mapa Judiciário.

Assim, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** quer renovar a sugestão já apresentada, em Maio de 2005, no sentido de que na modificação da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais possa ser contemplada a criação de Tribunais de 1^ª instância com competência especializada mista que, em casos de violência na família, sejam competentes para conhecer simultaneamente de matérias do foro criminal e do foro cível, nomeadamente as relativas às relações conjugais e parentais.

Bem como ainda a criação nos Tribunais Superiores de Secções especializadas de Menores e Família.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** quer, ainda, sugerir a V^ªEx^ª que esta matéria possa ser objecto de um estudo meticoloso, que contasse com a colaboração dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público e que pudesse incluir a realização de uma análise da recente experiência



espanhola, relativa a esta temática, de molde a Portugal poder usufruir do saber acumulado pela prática judicial do país vizinho.

*Nesta mesma linha de orientação, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** quer também alvitrar a V^oEx^a que a formação sobre a temática relativa à Violência Familiar passasse a constar como módulo obrigatório do Programa de Formação das Magistraturas, ministrado no Centro de Estudos Judiciários.*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direcção da A. P. M. J.

Maria Teresa Féria de Almeida